

Nossa luta pela democracia continua

Our fight for democracy continues

Nuestra lucha por la democracia continua

Maria Helena Lenzi¹  0000-0003-0729-2328

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Homenagem à Mara Lago

De uma perspectiva feminista, as ameaças à democracia se mostram transescalares e são percebidas desde o corpo à geopolítica internacional. As estruturas de poder patriarcais, racistas e capitalistas, intrinsecamente antidemocráticas, se fortalecem mutuamente e atravessam nossos horizontes. Vemos a democracia esvaziar-se por meio de políticas de austeridade, cortes em programas sociais, guerras, censura aos meios de comunicação e às escolas, ataques diários contra determinados corpos, comunidades e ideais de justiça e igualdade. Discursos preconceituosos contra “os outros” atravessam, por exemplo, o estado de Santa Catarina, enquanto se materializam na forma de leis e muros nos Estados Unidos e justificam os bombardeios pelas máquinas de guerra instaladas em várias regiões do planeta às populações civis em Gaza, Ucrânia, Sudão, Iêmen, Etiópia e em outros países que enfrentam conflitos armados quase diariamente, deslocando com violência as populações dos seus territórios, redefinindo fronteiras arbitrariamente, expandindo a fome, destruindo o meio ambiente e dilacerando qualquer projeto de convivência minimamente democrática.

As violências e as injustiças atravessam nossos corpos e o planeta em nome da suposta segurança de uma parcela privilegiada contra uma imensa maioria, gerando distanciamento de qualquer ideal de mundo justo e democrático. O que vemos atualmente é uma ampliação “dos outros” em escala planetária. Mulheres, crianças, idosos, pessoas negras, indígenas, palestinas, migrantes, refugiados, LGBTQIA+, pobres e expropriados de várias partes do planeta em busca de dignidade somam praticamente 99% da população mundial, obrigando-nos a entender que os ataques à democracia não são isolados ou próprios das esferas político-institucionais, mas são multidimensionais e multiescalares e têm suas bases erguidas sobre o controle dos corpos, a hierarquização de vidas e a infundável ampliação “dos outros”.

No Brasil, temos vivenciado, nos últimos anos, tensões políticas que resultam dos sistemas de opressão internos e externos impostos pela agenda de atores ultraconservadores, tal como vem ocorrendo em vários outros países, como resultado dos avanços da direita. Apesar das complexidades do contexto atual, continuamos nosso trabalho, editando esse número da REF em homenagem ao legado de Mara Coelho de Souza Lago, de acordo com os princípios que defendeu durante sua trajetória, de que a democracia é inseparável da luta feminista antirracista e anticapitalista. E defendê-la significa valorar a vida, em toda a sua diversidade, elevando o cuidado e a resistência como princípios orientadores de nossas ações nas mais diferentes frentes e escalas.

No último editorial da REF, as editoras começaram seu texto afirmando que os editoriais de uma revista contam sua história (Lago; Minella; Ramos; Wolff, 2025). História esta que vem sendo construída por muitas mãos, sobretudo de mulheres, que, até aquela edição, contavam, nas últimas décadas, com a presença, a atenção, a orientação e o cuidado da professora Mara Lago.

A sua presença significou muito para a REF e para a institucionalização e visibilidade de pautas do movimento feminista na UFSC e em Santa Catarina. Mara foi professora no Departamento de Psicologia e trabalhou com uma perspectiva da psicologia social, vinculada a movimentos sociais e às culturas populares. Com outras colegas deste Departamento, criou o Núcleo Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), com o objetivo de ampliar as discussões nas temáticas de gênero e sexualidades, partindo de abordagens críticas e feministas. Foi também uma das fundadoras da Área de Concentração Estudos de Gênero e Sexualidades no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade de Santa Catarina. Após sua aposentadoria, foi agraciada com o título de Professora Emérita da UFSC. Teve 85 orientandas, orientandos e orientandes de mestrado e doutorado, mais de 70 artigos publicados em periódicos científicos e mais de 50 livros e/ou capítulos de livros publicados.

Isso nos leva a refletir que as lutas são feitas por pessoas como a Mara, que se dedicam diariamente ao feminismo de diferentes formas e em diversas frentes, dentre as quais as revistas científicas, as instituições de ensino, a sala de aula, as pesquisas e orientações, mas também a família, os movimentos sociais, os partidos políticos, os sindicatos e as ruas.

E isso não é de hoje na história da REF que, desde 1992, vem se constituindo em um importante espaço de divulgação de pesquisas feministas e em uma frente de luta numa sociedade e em uma academia ainda tão conservadoras, machistas e elitistas. Lena Lavinas (1992) inicia o primeiro editorial da REF dizendo que nada é mais prazeroso do que realizar um desejo. A REF, segue ela, é a materialização de um desejo, fruto de um projeto coletivo e de reflexões sobre o papel das mulheres na sociedade, que atravessam a prática política e se configuram como uma nova episteme do conhecimento e do método.

Seguimos na compreensão de Lena Lavinas e de Mara Lago, de que a REF é prática acadêmica e política e, ademais, prática posicionada e responsável que, assim como os demais espaços de luta feminista, existe por um fazer diário, militante e majoritariamente voluntário, resultado de um trabalho coletivo que, atualmente, envolve um corpo editorial formado por 4 coordenadoras editoriais, 17 editoras de artigos, 4 editoras de dossiês e seções temáticas, 4 editoras/es de resenhas, 5 editoras de entrevistas, 2 editoras/es de divulgação, 4 editoras/es assistentes e 1 editora de publicações eletrônicas, além do conselho editorial e de profissionais responsáveis pela revisão e tradução dos textos.

É ainda essa presença saudosa da Mara que nos remete a todas as pessoas que trabalham para que a REF exista e que também nos anima a pensar que, apesar da conjuntura atual, queremos estimular as reflexões das leitoras sobre o incremento do protagonismo das mulheres que, além da ampla participação na produção do conhecimento, por meio da publicação de periódicos, livros e outros veículos, da docência, da pesquisa e da liderança em várias instâncias públicas e privadas, vem se consolidando nos movimentos nacionais e internacionais que canalizam várias das demandas específicas e mais gerais ligadas ao combate às violências, às desigualdades, à fome e às injustiças em geral. A seguir, destacamos alguns dos eventos principais que ilustram o potencial político dos movimentos.

Inicialmente, a IV Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida entre os dias 02 e 07 de agosto do corrente em Brasília. Intitulada “Nosso corpo, nosso território: somos as guardiãs do planeta pela cura da terra”, a Marcha reuniu em torno de 5 mil mulheres indígenas de mais de 100 diferentes etnias, representativas de todos os biomas do país. Este ano, a Marcha foi realizada junto à 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas e contou com o apoio da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), do Governo Federal e do Ministério dos Povos Indígenas. Durante a manhã do encerramento, elas marcharam até a Praça dos Três Poderes e entregaram ao Congresso Nacional a “Carta dos Corpos-Territórios em Defesa da Vida”, documento que resultou das propostas prioritárias da Conferência no decorrer das sete etapas preparatórias, visando a construção, consolidação e implementação de políticas públicas específicas voltadas aos povos indígenas, entre as quais se incluem as medidas para barrar a devastação das florestas e as violências sofridas pelas comunidades indígenas (CMI, 2025).

Entre os meses de abril e agosto, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do Ministério das Mulheres, ocorreram, em várias cidades brasileiras, as Conferências preparatórias para a V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), que será realizada entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro de 2025, em Brasília, com o objetivo, dentre outros, de fortalecer a democracia e a equidade de gênero na sociedade.¹

Paralelamente, entre 08 de março e 17 de outubro de 2025, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) tem promovido a sua 6ª Ação Internacional, convocando os movimentos feministas e de mulheres a organizarem ações contra as guerras e o capitalismo, defendendo a soberania dos

¹ Em Florianópolis, a Conferência Livre de Políticas para Mulheres, realizada em 12 de agosto do corrente, foi promovida pela parceria do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), da Cátedra Antonieta de Barros/UFSC, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), do Ministério das Mulheres e Governo Federal.

povos e o bem viver. Neste ano, a Marcha completa 25 anos e celebra este momento através de uma campanha de mobilização, articulada nos níveis local, regional e internacional, tanto para divulgar as demandas das mulheres como para debater e tornar públicas as alternativas feministas em torno de quatro eixos: Defesa dos bens comuns contra as empresas transnacionais; Economia Feminista baseada na sustentabilidade da vida e na soberania alimentar; Fim da violência contra as mulheres, autonomia sobre os corpos e sexualidades; Paz e desmilitarização (MMM, 2025a). Os documentos preparatórios, vídeos e outros materiais de comunicação sobre estes eixos estão sendo amplamente divulgados e podem ser encontrados no site da MMM (2025b).

Entre os dias 30 de maio e 1º de junho, numa parceria entre o MMM PE e o Centro Feminista 08 de março, foi organizada pela Escola de Formação Feminista, em Pernambuco, mais uma jornada de aprendizado e de trocas visando ao fortalecimento das mulheres, o que constitui um exemplo das ações da 6ª Internacional desenvolvidas no Brasil. Participaram da Formação e Feira de Economia Feminista vários coletivos e grupos de mulheres do Agreste pernambucano, bem como da Região Metropolitana de Recife, para debater e propor alternativas sobre feminismo popular, economia feminista, divisão sexual do trabalho, agroecologia, soberania alimentar, bem viver e resistência (MMM, 2025c). O calendário das várias ações nacionais e internacionais desenvolvidas no âmbito da 6ª Ação da MMM pode ser encontrado nas páginas da Marcha.

Mulheres negras também organizaram várias ações no decorrer do mês de julho de 2025, no âmbito do movimento Julho das Pretas, com vistas à preparação da Marcha Nacional das Mulheres Negras: Por Reparação e Bem Viver, que ocorrerá em 25 de novembro, em Brasília. Debates, reuniões e atividades de formação têm feito parte da preparação dessa Marcha, que integra os esforços de construção do feminismo antirracista da MMM, desenvolvendo práticas de combate ao racismo como um dos sistemas de opressão mobilizado pelo capitalismo e pelo patriarcado (MMM, 2025d).

Com este número da REF, que conta com um eixo de artigos, duas seções temáticas e uma de resenhas, esperamos contrabalançar nosso desalento com o atual cenário internacional e ameaças à democracia, mostrando que, apesar do cinismo e da crueldade de certas lideranças políticas, as mulheres vão avançando tanto na crítica aos sistemas de opressão que persistem quanto nas suas lutas para ampliar e consolidar seus direitos.

O primeiro artigo, “Presidentas legislam para mulheres?”, compara a produção das legislações do poder Executivo relacionada ao desenvolvimento econômico das mulheres no Brasil e no Chile, considerando as presidentas Dilma Rousseff e Michelle Bachelet e os presidentes homens que as antecederam e as sucederam. As autoras apresentam uma pesquisa interessante que contribui para debates sobre representatividade de gênero e políticas públicas, demonstrando que a presença de mulheres no poder executivo, ao menos nos casos analisados, aponta para uma agenda mais assertiva em temas de equidade econômica de gênero.

As discussões sobre os aspectos jurídicos relacionados às questões de gênero são abordadas, em particular no Chile, através de dois estudos: no artigo “Redistribución y reconocimiento en el proceso constituyente chileno”, a partir de questões que surgiram no decorrer do processo constituinte, a autora empreende uma revisão da teoria política feminista contemporânea, focalizando três aspectos: “as justificativas para o reconhecimento das diferenças no espaço público”; “as contribuições do pensamento feminista para o debate no quadro teórico da igualdade”; “o reconhecimento da diferença na construção do Estado Democrático de Direito”.

O artigo seguinte, “Cruzada antigénero en Chile: rechazo a la ley de educación sexual y afectividad”, se dedica a refletir sobre o contrário do reconhecimento da diferença. São analisados os discursos antigênero defendidos por parlamentares da Câmara de Deputados do Chile contra o projeto de lei sobre educação sexual e afetividade. Suas intervenções foram submetidas a uma análise do discurso voltada à identificação de Repertórios Interpretativos, evidenciando que o ideário neoconservador e antigênero se identifica com as tendências do debate internacional, mantendo, porém, nuances específicas do contexto local.

O podcast Praia dos Ossos, produzido pela Rádio Novelo, contando a história do feminicídio de Angela Diniz, em 1976, pivô de uma grande campanha feminista “Quem ama não mata”, é o tema de análise no artigo “Em legítima defesa da honra: o horizonte valorativo no podcast Praia dos Ossos”. A análise proposta pelas autoras é realizada a partir de uma perspectiva da linguística, que valoriza a maneira pela qual o podcast provoca indignação nos ouvintes, e mobiliza conceitos como discurso, enunciado, ideologia e valorização, seguindo as concepções do Círculo de Bakhtin.

A saúde das mulheres chilenas também é contemplada neste número da Revista. As concepções biomédicas sobre o climatério são problematizadas no artigo “Sobrevivir y Soportar el Cuerpo”. A autora analisou oito páginas da web de clínicas privadas chilenas, fundamentada numa perspectiva feminista, considerando os avanços do debate no campo da Antropologia

Médica e dos Estudos Críticos do Discurso. Os resultados apontam para a prevalência de uma visão essencialista das mulheres climatéricas, manifestada através de justificativas para sua patologização e consequente dependência da medicalização e da mercantilização.

O artigo "Vivi e Amelinha: lesbiadade no Brasil dos anos de 1930" investiga os meios pelos quais o discurso médico-legal brasileiro da década de 1930 constrói representações da lesbiadade e de mulheres lesbianas, exemplificado no livro *A Inversão dos Sexos* (1935), do médico Estácio de Lima. Por meio da análise de discurso (AD) francesa, a pesquisa analisa os sentidos produzidos sobre essas mulheres como "sujetas sexuais", dentro de um discurso patologizante dos corpos dissidentes.

"Com H sou muito homem": masculinidades, desafios e transformações hodiernas" recorre a um levantando teórico de estudos sobre masculinidades e à sua conexão com o campo do gênero a partir de dados qualitativos reunidos por meio de um formulário on-line, metodologia que permitiu verificar transformações significativas, ainda que insuficientes, sobre o papel do masculino. O ponto de partida para esta análise é a afirmação de que a realidade é mutável e resulta das percepções socialmente estabelecidas acerca daquilo que é expectável do que é ser mulher versus aquilo que é ser homem.

A partir das abordagens da colonialidade do poder e da epistemologia feminista, o artigo "Abrir los ojos, abrir la mente'. Feminismo campesino y reflexividad" busca demonstrar como as trajetórias laborais e migratórias de mulheres campesinas migrantes e suas construções subjetivas são atravessadas pela condição colonial e pelos determinantes de raça e gênero. Por meio de narrativas de histórias de vida, o artigo analisa as trajetórias de mulheres bolivianas que trabalham no cinturão hortícola do Grande La Plata, em Buenos Aires, Argentina.

As práticas de cuidado no contexto da pandemia da Covid-19 numa unidade de Atenção Primária em Saúde (APS) do SUS são exploradas no artigo "A Enfermagem em tempos de pandemia: estéticas da amizade para outros modos de vida". As autoras aplicaram um roteiro de entrevista estruturada com várias enfermeiras atuantes nessa instituição e submeteram a análise dos resultados ao método genealógico de Michel Foucault em sua articulação com os estudos feministas e de gênero. Focalizaram, em particular, as interseções entre gênero e raça em seu potencial para "recriar práticas de cuidado éticamente orientadas por estéticas da amizade", tal como sugeriu Foucault ao refletir sobre o cuidado de si. A instituição se localiza no estado do Rio Grande do Sul e a pesquisa integrou um projeto de âmbito nacional sobre APS no país.

O artigo "Guerrilhas poéticas feministas contra a soberania cisneteropatriarcal" objetiva refletir sobre os movimentos contemporâneos de artistas e pensadoras que vocalizam, a partir de suas obras, o mal-estar que o cisneteropatriarcado colonial impõe às mulheres (bio e trans) e demais corpos dissidentes. Reporta a um cenário de produção de solidariedades transnacionais a partir da pluralização dos feminismos e da circulação de narrativas por meio de poemas, protestos, peças de teatro, gestos que produzem uma verdadeira guerrilha poética para derrubar o cisneteropatriarcado. Para tanto, traz as ideias de Paul Preciado e Gloria Anzaldúa.

Em "Margem de manobra, capacidade e potência de agir: Repensar a noção de agência", os autores nos trazem uma discussão teórica sobre a noção de agência, tão cara à teoria feminista. Num diálogo com as teorias que envolvem a performatividade, os autores debatem a agência como capacidade de agir como e margem de manobra, ou seja, a ação que acontece em meio a relações de dominação e resistência. Essa noção assume grande importância nos estudos de gênero e sexualidades, pois se trata de um campo em que normas, assujeitamentos e adaptações convivem com a busca de liberdade e com as resistências cotidianas às opressões, na construção de sujeitos e movimentos que se reinventam.

O patamar alcançado pelos estudos da tradução acentuou o interesse da REF em publicar esta seção temática, denominada "Estudos Feministas da Tradução no Brasil", especialmente pelo diálogo que estabelece com os estudos feministas. Na proposta apresentada, já ficava evidenciado que o Brasil, enquanto lugar da enunciação, evoca um alargamento de conceitos e agendas da tradução feminista. Aqui reunidas, pesquisadoras, tradutoras e professoras trazem leituras instigantes e provocativas das abordagens e perspectivas da tradução no Brasil; da tradução e as reescritas das traduções judiciais; da tradução e os movimentos sociais; da tradução intercultural e o patriarcado; do gótico italiano produzido por mulheres; das práticas feministas de tradução e dos estudos feministas da Tradução e/m Queer-cu-ir. Todos os artigos são tratados por caminhos alternativos de análise, que permitem avanços na compreensão da tradução feminista e seus diálogos transfronteiriços e o potencial que transborda os limites linguísticos neste pluralismo dos temas abordados em nível interdisciplinar. A tradução feminista aqui apresentada transmuda-se num espaço de embate, uma vez que se esforça para dar voz e visibilidade para o feminismo contemporâneo.

Dentre todos esses espaços de luta feminista, não podemos esquecer do Fazendo Gênero, evento de fundamental importância para conexões de ativistas e pesquisadoras de várias partes do mundo. Nesta edição da REF, contamos com a seção temática do Seminário

Fazendo Gênero 13, realizado na UFSC, em 2024. O Fazendo Gênero tem sido realizado em nossa universidade desde 1994, e hoje é um dos maiores eventos no campo dos estudos de gênero na América Latina, e mesmo no mundo. Para essa seção temática, foram selecionados artigos sobre temas que envolvem as violências de gênero, justiça, cuidados e comunicação, que constituem temas fundamentais para os feminismos e as lutas ligadas ao gênero na América Latina. Legislação sobre violência e sua aplicação, dados sobre as violências que permitem a proposição de políticas públicas, e quem são os sujeitos sociais envolvidos nestas políticas; são questões que atravessam vários dos artigos, incluindo um que se destaca por pensar as políticas de encarceração (e desencarceração) com viés de gênero. As redes de cuidado com relação à desencarceração e as redes de socorristas, que acompanham abortos, perpassam também os artigos selecionados. Um dos artigos chama a atenção para a importância da comunicação e do jornalismo com perspectiva feminista nestes tempos de conservadorismo que vivemos. Ler estes artigos é uma forma de manter acesas as discussões poderosas do Fazendo Gênero 13, um evento acadêmico, político, cultural e, principalmente, feminista.

Por fim, a seção de resenhas demonstra mais uma vez que as ideias não têm centro, mas essa não é a questão que se impõe nesse momento. O que se impõe diante de leituras selecionadas, a maioria feita por jovens pesquisadoras, é a busca do diálogo enquanto tentativa de organizar, ainda que sempre provisoriamente, uma reflexão que vem sempre ocupando nossa atenção: como as questões de gênero podem ser interpretadas como históricas? Neste número, se cruzam sons e sentidos, seja mostrando como o amor é um direito necessário na vida de homens e mulheres negras; o amor, representado na escola do comunismo; a voz ouvida pela diferença e a complexidade de se pensar a democracia acessada entre a existência e a cidadania.

Referências

CMI. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. "IV Marcha das Mulheres Indígenas reúne mais de 5 mil mulheres indígenas em Brasília e lança documento final 'Por nossos corpos e territórios, curamos a terra!'. CMI, 11/08/2025. Disponível em https://cimi.org.br/2025/08/iv-marcha-das-mulheres-indigenas_Publicado. Acesso em 24/08/2025.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, v. 33, n. 2, p. 1-8, 2025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/3hz7BwqQKrwSTPtpdK69S8j/?lang=pt>. Acesso em 01/08/2025.

LAVINAS, Lena. "Editorial". *Revista Estudos Feministas*, v. 0, n. 0, p. 1-2, 1992. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15798/14291>. Acesso em 01/08/2025.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Convoca para sua 6ª ação internacional. "Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver". MMM, 02/02/2025a. Disponível em <https://marchamundialdasmulheres.org.br/mmm-convoca-para-sua-6a-acao-internacional-marchamos-contra-as-guerras-e-o-capitalismo-defendemos-a-soberania-dos-povos-e-o-bem-viver/>. Acesso em 20/08/2025.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. "Documentos preparatórios, vídeos e materiais de comunicação". MMM, 31/03/2025b. Disponível em <https://marchamundialdasmulheres.org.br/documentos-preparatorios-e-materias-de-comunicacao-da-6a-acao-internacional-da-mmm/>. Acesso em 26/08/2025.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. "Mulheres de Pernambuco realizam feira da economia feminista como parte das atividades da 6ª. Ação Internacional no Estado". MMM, 15/08/2025c. Disponível em <https://marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-de-pernambuco-realizam-feira-da-economia-feminista-como-parte-das-atividades-da-6a-acao-internacional-no-estado/>. Acesso em 20/08/2025.

MMM. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. "Por reparação e bem viver: O feminismo antirracista da Marcha Mundial das Mulheres". MMM, 30/07/2025d. Disponível em <https://marchamundialdasmulheres.org.br/por-reparacao-e-bem-viver-o-feminismo-antirracista-da-marcha-mundial-das-mulheres/>. Acesso em 21/08/2025.

Maria Helena Lenzi (prenom.marie@gmail.com) possui graduação (2006) e mestrado (2010) em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2016). Realizou estágio de pós-doutorado no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (2017-2019). É professora do Departamento de Geociências e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desastres

Naturais da UFSC. É membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados e do Observatório das Migrações em Santa Catarina da Universidade do Estado de Santa Catarina. Compõe o conselho editorial da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Desde 2018, participa da Revista Estudos Feministas como editora de artigos e em 2025 assumiu a coordenação editorial junto com as professoras Cristina Scheibe Wolff, Luzinete Simões Minella e Tânia Regina de Oliveira Ramos. Tem realizado pesquisas nas áreas de epistemologias feministas na Geografia, migração, refúgio e deslocamentos ambientais.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos, destaca a coordenação editorial da Revista Estudos Feministas entre 2001 e 2004 e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas UniLetras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje, Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwolff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes, Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizados na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

LENZI, Maria Helena; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. "Nossa luta pela democracia continua". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 3, e108664, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 04/09/2025

Aceito em 05/09/2025

